

A Revolução Organizacional iniciada no final do século passado, não é mais capaz de equilibrar as pressões competitivas que estariam ocorrendo em torno de um novo impasse de “superacumulação” na economia mundial, cujo traço marcante seria a eliminação do trabalho remunerado na base do sistema.

Ainda não estão claras as respostas acerca dos caminhos de superação desse novo impasse. Contudo, existem sinalizações nas reações à competição, no nível das empresas, nas quais poderiam ser reconhecidos alguns elementos estruturais que consubstanciarão uma nova resposta sistêmica. Nas organizações corporativas transnacionais que emergiram, as atividades desenvolvidas nas diferentes localidades nacionais seriam partes de processos integrados que colocariam em lados distintos as decisões estratégicas, o controle, a pesquisa e o desenvolvimento, separando-os da execução.

Para países como o Brasil, a existência de mão de obra abundante e barata deixou de ser um diferencial de incentivo à redução dos “vazios” de desenvolvimento. Romper tal mecanismo de divisão do trabalho, implica, agora, lutar contra a exclusão e exploração imposta pelo “núcleo orgânico” do sistema, combinando várias iniciativas em torno da busca por um nicho comparativamente seguro na divisão mundial do trabalho. Para muitos, a decorrência básica e essencial dessa perspectiva, estaria na necessidade do Estado incumbir-se de uma gama extremamente ampla de atividades, de modo a neutralizar efeitos perversos da globalização. Para outros tantos, tais efeitos seriam “necessários” à estimulação do empreendedorismo inato dos indivíduos, como única forma de redefinição de um novo impulso desenvolvimentista.

Para estes dois enfoques, embora antagônicos, o Estado brasileiro deveria modernizar-se e a modernização não poderia existir sem o concurso de sua “irmã siamesa”, a informática. Nesse sentido, a essência da modernização seria a incorporação da tecnologia: a aplicação do conhecimento científico a atividades práticas.

Como conciliar uma abordagem científica a temas cujos fundamentos estão em áreas de conhecimento tão diferentes? De um lado, a administração pública, as voltas com o problema da decisão e da democracia. De outro, a ciência da computação, para a qual o “método da política” não oferece um suporte para a confirmação *exposte* do comportamento dos sistemas, do modelo definido *exante* pelo projeto.

Há alguns meses, como forma de dar divulgação aos trabalhos de investigação técnico-científica dos funcionários da PRODABEL, foi criada uma publicação denominada Espaço BH. De modo quase natural, o dilema acima revelou-se provocante. Aos poucos começaram a ser sistematizados estudos sobre o uso da informática no setor público. Grande parte desses estudos foram conceituais, consubstanciando uma concepção de “Informática Pública”, a partir dos fundamentos de cidadania, Estado, direitos, etc., da sociologia e da doutrina do Direito, princípios da gestão pública relativos às técnicas da Administração Pública, dos quais foram extraídos os elementos de definição para um novo enfoque de aplicação da informática no setor público.

Com ênfase na técnica da Engenharia de Sistemas, e a partir dela, fazendo o reconhecimento das técnicas de gestão pública em uma forma análoga a que vem sendo utilizada para diversos setores da economia no desenvolvimento de soluções específicas – a automação industrial, bancária, comercial etc. – sugere-se um modelo de “automação” pública.

O tema despertou o interesse de muitos colaboradores externos à PRODABEL. Modificar o escopo da revista passou a ser uma necessidade. Nasce, na seqüência de um trabalho profícuo e em consonância com inúmeros parceiros da área acadêmica, do Serviço Público e entidades de informática das diversas esferas da administração pública, a **Revista de Informática Pública**. Com ela, esperamos que o debate ganhe o vigor necessário e sirva à construção de um novo consenso sobre a resposta brasileira ao desafio de modernizar o Estado.